

11 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Fachin nega pedido de impeachment de Mendes

Especialistas acusam má conduta de ministro

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou nesta quarta-feira (10) dar andamento ao pedido de impeachment do colega Gilmar Mendes.

“Diante da ausência de flagrante ilegalidade [...] nego seguimento ao presente mandado de segurança”, decidiu o magistrado.

O mandado de segurança em favor da análise do pedido é assinado por especialistas em direito, incluindo o ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles.

O impeachment de Gilmar Mendes foi pedido em 2016 ao Senado e o então presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), arquivou-o.

Fonteles foi então ao STF com um mandado de segurança, negado por Fachin. Os especialistas recorreram no próprio Supremo e o magistrado solicitou manifestação da PGR (Procuradoria-Geral da República).

Pela manhã, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifestou contra o pedido. Para ele, não há base legal no pedido contra o magistrado e, por isso, o caso deve ser arquivado.

A manifestação ocorre dois dias após Janot pedir à presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, que Mendes seja declarado suspeito de

julgar o empresário Eike Batista porque a mulher do magistrado é sócia de Bermudes num escritório de advocacia.

Em sua decisão desta quarta sobre o mandado de segurança, Edson Fachin escreveu: “Embora os impetrantes discordem das conclusões a que chegou o então presidente do Senado, não cabe a esta corte rever seu mérito, apenas verificar a legalidade dos atos e dos procedimentos por ele praticados no exercício legítimo de sua função constitucional”.

Para os autores do pedido contra o ministro, Gilmar Mendes teve atitudes questionáveis, tais como manifestações públicas sobre processos do Supremo, declarações que indicam quebra de imparcialidade, demora injustificada na devolução de processos em que pediu vista e atos que denotam envolvimento em atividades político-partidárias.

MÔNICA BERGAMO

MEMÓRIA VIVA

Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), enviou na terça (9) ao ministro Gilmar Mendes decisão em que negou pedido de suspeição feito por Lula em um processo. O caso tem semelhança com o que é patrocinado contra Mendes pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

SINAIS

A iniciativa amistosa de Fachin, que enviou o despacho com um cartão pessoal ao gabinete de Mendes, foi lida como sinal de que, apesar de eventuais divergências com o colega, ele não apoiaria o pedido de Janot. O procurador-geral quer que o STF impeça Mendes de atuar em processos envolvendo Eike Batista porque a mulher do ministro trabalha num escritório que representa o empresário em causas cíveis.

PRIMEIRO PASSO

Na decisão que enviou a Mendes, Fachin explica que já chegou a fundamentar decisões de suspeição tomando como fundamento o novo Código de Processo Civil —o que Janot defende que seja feito no caso de Mendes.

SEGUNDO PASSO

Fachin, no entanto, mudou o entendimento já que outro código, o de Processo Penal, regula “expressamente” os impedimentos. Por essas regras, Mendes só estaria impedido se o escritório em que a mulher dele trabalha tivesse patrocinado a causa que ele julgou, o que não ocorreu.

11 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Prisão nada temporária

Posto na ordem do dia pelos procedimentos da Lava Jato, o pertinente debate acerca de eventuais abusos nas prisões temporárias não pode limitar-se aos casos dos suspeitos de grande notoriedade investigados pela operação.

Quando contabilizados os detentos anônimos nessa situação, descortina-se um quadro espantoso no país: são 221 mil, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que representa 34% da população carcerária brasileira.

Esse vasto contingente inclui tanto presos que ainda não foram julgados quanto condenados em primeira instância que aguardam análise de recursos. A ineficiência da Justiça em dar celeridade aos processos acaba por estender a permanência de muitos na cadeia.

Em Pernambuco, exemplo mais flagrante dessa lentidão, um preso espera, em média, mais de dois anos pelo primeiro julgamento.

No atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, a execução da pena deve começar após a condenação em segunda instância. Antes disso, pelo Código do Processo Penal, a prisão pode ocorrer apenas em circunstâncias específicas —quando, por exemplo, há riscos à ordem pública, de destruição de provas ou de fuga dos suspeitos.

É compreensível, num país com altíssima taxa de criminalidade, que

se clame por punições severas. Nada indica, contudo, que manter tantas pessoas em penitenciárias já abarrotadas seja política eficaz.

Cada preso custa aos cofres públicos, em média, R\$ 2.400 mensais. Numa comparação muito frequente, é bem mais do que se desembolsa com os estudantes da rede pública. Apenas os presos provisórios demandam R\$ 6,4 bilhões anuais dos orçamentos.

Tal soma poderia ser justificada se houvesse ganhos perceptíveis nas políticas de segurança. Mas, pelo contrário, o fracasso do poder público nacional no setor carcerário é evidente. Notam-se, cada vez mais, os casos de presídios dominados por facções criminosas.

Indivíduos amontoados em celas superlotadas tornam-se alvo fácil de hordas como o PCC e incrementam a violência, atrás e além das grades.

Parece mais sensato, portanto, priorizar o encarceramento de criminosos que de fato representem ameaça a terceiros. Para outros casos, os tribunais já dispõem de penas alternativas eficientes, como multas e o uso de tornozeleiras eletrônicas.

É fundamental, decerto, acelerar o julgamento dos casos pendentes. Não será o bastante, porém. As centenas de milhares de mandados de prisão ainda não cumpridos evidenciam que é necessária uma ampla revisão das práticas do Judiciário.

11 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Lula nega propina da OAS e se diz alvo de perseguição

Petista admitiu que procurou ex-diretor de estatal

Ex-presidente atacou a imprensa e disse que a figura dele foi sendo 'criminalizada' a cada depoimento após Lava Jato ser deflagrada

Em quase cinco horas de depoimento ao juiz Sergio Moro no processo em que é acusado de receber propina da OAS, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou que tenha recebido vantagens indevidas da empreiteira, acusou o Ministério Público de persegui-lo e atacou a imprensa. Foi o primeiro depoimento de Lula a Moro.

O Ministério Público Federal diz que o petista participou do esquema de desvios na estatal e recebeu da OAS um total de R\$ 3,7 milhões em vantagens indevidas. Parte deste valor teria sido pago com a reserva de um triplex em Guarujá (SP) e em benfeitorias neste imóvel no valor de R\$ 2,4 milhões.

Lula, nesta quarta, disse que nunca teve a intenção de adquirir o triplex.

"Fui lá ver o apartamento, coloquei 500 defeitos no apartamento, voltei e nunca mais conversei com o Leo [Pinheiro, ex-presidente da OAS] sobre o apartamento".

Moro então questionou Lula sobre uma visita ao imóvel feita pela mulher do petista em 2014, época em que Lula diz que já havia desistido da compra do imóvel.

"Eu não sabia que tinha tido visita. Não sei se o senhor tem mulher, mas nem sempre ela pergunta para a gente o que vai fazer", afirmou Lula sobre Marisa, morta em fevereiro deste ano.

Sobre a outra acusação a que responde neste processo, de que a OAS pagou R\$ 1,3 milhão em serviços pelo armazenamento de bens do ex-presidente, como presentes e objetos recebidos em seus mandatos, Lula disse que não sabia o tamanho do acervo de bens recebido por ele durante a Presidência e que somente depois ficou sabendo que a OAS havia pago armazenagem de parte dos bens, na transportadora Granero.

Acrescentou: "Deixa eu dizer uma coisa, uma coisa que o presidente Fernando Henrique Cardoso também disse aqui. Que é somente quem foi presidente é que sabe o que acontece. Eu nunca, nunca, entrei nos porões do Palácio do Alvorada para saber se tinha uma, duas ou mil caixas. [...] Eu, se soubesse que ia dar isso, eu teria deixado lá no Palácio pro próximo presidente ter que cuidar..."

Lula confirmou a Moro que teve um encontro com o ex-diretor da Petrobras Renato Duque para questioná-lo sobre eventual conta no exterior, conforme relatado pelo ex-diretor na semana passada.

O ex-presidente disse que articulou a reunião por meio do então tesoureiro do PT João Vaccari Neto, que está preso no Paraná, acusado de participação nos desvios.

"Tinha vários boatos no jornal de corrupção, de conta no exterior. Pedi para o Vaccari trazer o Duque para conversar. Não tenho ideia, doutor [da data]. A pergunta que eu fiz para o Duque foi simples: tem matérias nos jornais, tem denúncias de que você tem dinheiro no exterior, pegando da Petrobras. Você tem conta no exterior? Ele disse: "Não tenho". Acabou. Não mentiu para mim, mentiu para si mesmo."

No depoimento, o petista afirmou ainda que este período será conhecido como "mês Lula". "O que aconteceu nos últimos 30 dias vai passar para a história como o mês Lula. Porque foi o mês em que vocês trabalharam, sobretudo o Ministério Público, para trazer todo mundo para falar uma senha chamada Lula. O objetivo era dizer Lula. Se não dissesse Lula, não valia."

CONTINUA

Moro então pergunta se Lula se acha vítima de uma conspiração. Resposta: "Não, eu entendo e acompanho pela imprensa, que pessoas como Léo Pinheiro, que está já há algum tempo querendo fazer delação. Primeiro ele foi condenado a 23 anos de cadeia. Depois se mostra na televisão como se vive a vida de nababo dos delatores. [...] Delatar virou quase o alvará de soltura dessa gente. [...].

Lula também criticou a cobertura da imprensa. "Os outros depoimentos que deram sobre mim, quais foram as manchetes no dia seguinte? Qual era o tratamento que o Jornal Nacional dava? Ela de criminalizar a figura do Lula". "A Folha de S. Paulo teve 298 matérias contra o Lula e apenas 40 favoráveis, tudo com informações da PF e MP. Eles não se auto-assumem, eles culpam alguém. O Globo, que é o mais amigo, tem 530 matérias negativas contra o Lula e 8 favoráveis. O Estadão, que é mais amigo ainda, tem 318 matérias contrárias e 2 favoráveis".

OS PRÓXIMOS PASSOS DA AÇÃO PENAL

Defesas precisam entregar última manifestação

Alegações finais

O depoimento de Lula encerra a fase de audiências com os réus. O juiz deve conceder a seguir um prazo para manifestação das defesas e da acusação. O petista é réu na ação com outras seis pessoas, incluindo o empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS

Sentença

De posse das alegações finais, Moro vai decidir se condena ou absolve os acusados. Não há prazo para isso. Para se ter um exemplo, no caso de Eduardo Cunha, Moro emitiu sentença condenado-o um mês e meio após ouvir o depoimento do ex-deputado

Recurso e prisão

Se condenado à prisão, Lula ainda pode recorrer à segunda instância federal, em Porto Alegre, em liberdade. Pelo entendimento adotado do Supremo, só depois da confirmação da sentença no Tribunal Regional Federal é que o réu começa a cumprir a pena

Impacto eleitoral

O impedimento de concorrer a cargos públicos também só ocorre na Justiça Eleitoral após a confirmação da sentença em segunda instância. Pelo ritmo de outros casos da Lava Jato, isso pode acontecer antes da eleição de outubro de 2018

ACUSAÇÃO X DEFESA

Os argumentos do Ministério Público Federal e da defesa de Lula



Acusação

- Corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro
- R\$ 3,7 milhões
- benefício total que o ex-presidente recebeu da OAS, segundo os procuradores

Acusação

Defesa

Reserva do triplex

➤ Diz que a OAS reservou um triplex, em Guarujá (SP), que custava R\$ 1,1 milhão a mais do que a família de Lula havia pago por cotas de uma unidade no prédio

➤ Diz que a família do ex-presidente nunca recebeu as chaves nem ocupou o triplex. Afirma que havia comprado só cotas de um apartamento

Reforma no triplex

➤ Diz que a OAS bancou benfeitorias no valor de R\$ 1,276 milhão no triplex, incluindo projeto de cozinha

➤ Diz que, como não são proprietários do imóvel, também não há como ligá-los às benfeitorias

Armazenagem de bens

➤ Diz que a empresa pagou em benefício de Lula R\$ 1,3 milhão em serviços de armazenamento de bens do ex-presidente

➤ Diz que os materiais eram um acervo presidencial e não objetos privados, e que ele não contratou transportadora

Benefícios para a OAS na Petrobras

➤ Os procuradores sustentam que a OAS pagou propina em troca de contratos nas refinarias de Abreu e Lima (PE) e Getúlio Vargas (PR)

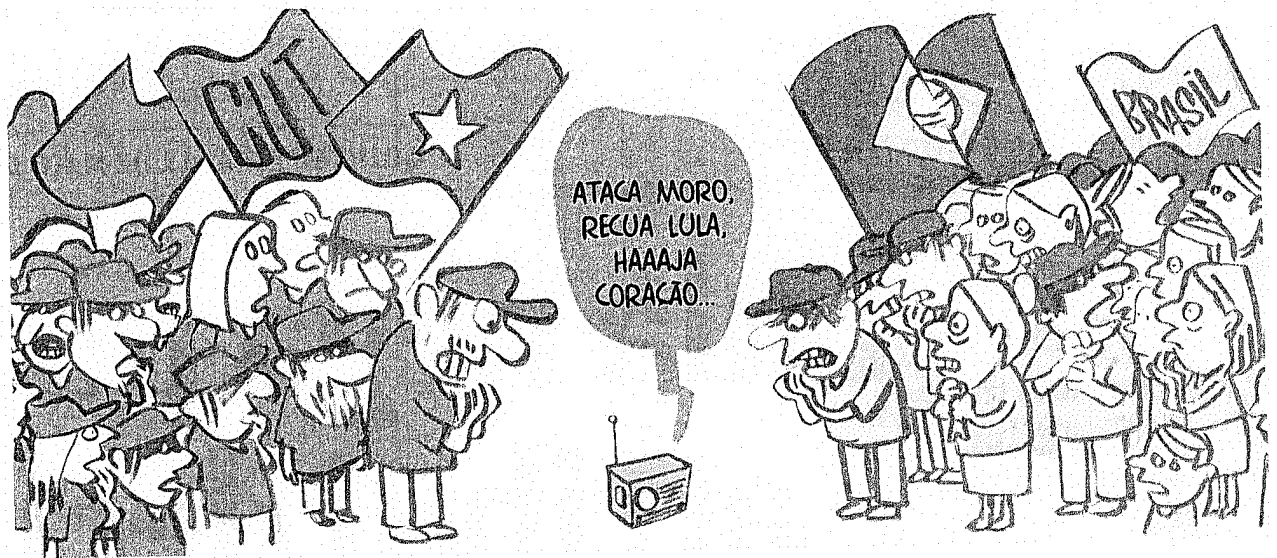
➤ Diz que a acusação não detalha de que maneira Lula teria atuado nas contratações em questão e faz apenas 'elucubrações'

Fontes: Ministério Público Federal e defesa

11 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

BENETT



11 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ministro se diz impedido por parentesco

Marco Aurélio, do STF, declara não poder julgar casos do escritório de Sergio Bermudes, onde sua sobrinha trabalha

Gesto ocorre enquanto Janot tenta impedir Mendes de atuar em casos de Eike; PGR deve posição sobre Toffoli

O ministro Marco Aurélio, do STF (Supremo Tribunal Federal), se declarou impedido de atuar em casos envolvendo o escritório do advogado Sergio Bermudes. Em ofício enviado à presidente da corte, Cármen Lúcia, Marco Aurélio diz ser parente de uma funcionária do escritório.

“A razão (...) é que integra o escritório (...) a advogada Paula Mendes de Farias Mello de Araújo (Paula Mello, no papel timbrado do escritório), com quem guardo parentesco sanguíneo no terceiro grau —tio, sobrinha”, informa o documento.

O ministro disse que o impedimento se aplica inclusive a processos em que, “embora atue advogado que não integre, envolvam cliente do referido escritório de advocacia”.

Ele também destacou que, por lei, está impedido de julgar processos envolvendo a mulher e as filhas —Marco Aurélio é casado com a desembargadora Sandra De Santis Mendes de Farias Mello, do Tribunal de Justiça do DF, pai da juíza Leticia Mello, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da procuradora e advogada Cristiana Mello.

A manifestação do ministro se dá em um momento em que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tenta impedir o também ministro do STF Gilmar Mendes de atuar em casos envolvendo o empresário Eike Batista.

Na segunda (8), Janot pediu o impedimento de Mendes porque a mulher deste trabalha no escritório de Bermudes. Em resposta, o advogado chamou Janot de “ignorante e mentiroso”. Mendes disse que “nem cogitou impedimento”.

O pedido de Janot é o 45º do tipo a chegar ao STF. Nenhum dos outros 44 foi atendido até o momento.

Nesta quarta (10), Marco Aurélio disse que o pedido de Janot deve ser levado a sério. “Presume-se que a colocação do doutor Janot seja séria. (...) [Ele] está agindo como fiscal da lei. Como fiscal da lei, se imagina a equidistância. Não é autor e nem réu”, disse.

TOFFOLI

Em dezembro passado, procuradores de São Paulo pediram a Janot para analisar a “eventual exceção de suspeição” do ministro José Antonio Dias Toffoli em atos referentes à Operação Custo Brasil.

Cinco meses depois do envio, Janot ainda não decidiu a respeito do pedido.

A suspeita sobre a imparcialidade de Toffoli na Custo Brasil é baseada em uma aná-

lise feita pela Polícia Federal no celular do ex-ministro da Previdência Carlos Gabas, um dos alvos da investigação.

Peritos encontraram trocas de mensagens entre Gabas e Toffoli que “apontariam para amizade íntima entre ambos”.

Há também no material uma sequência de mensagens que, segundo a PF, aponta que Toffoli voltou atrás de uma decisão no Tribunal Superior Eleitoral logo após encontro com Gabas.

A Custo Brasil, que tem Toffoli como relator no STF, investiga desvio de mais de R\$ 100 milhões em contratos de crédito consignado destinado a funcionários públicos.

Toffoli determinou a soltura do ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo (PT-PR), que ficou seis dias preso por conta de uma decisão do juiz Paulo Bueno de Azevedo.

Ele também mandou soltar o empresário Dércio Guedes de Souza, amigo de Gabas. Tanto no caso de Bernardo quanto no de Souza, Toffoli argumentou que as prisões ocorreram em “flagrante constrangimento ilegal”.

Questionada sobre o trâmite do pedido dos procuradores, a PGR disse não ser possível fornecer informação, já que o assunto é sigiloso.

Toffoli foi procurado, via assessoria do STF, mas não respondeu às ligações.

FOLHA DE S. PAULO

ROBERTO DIAS

Sicofantismo

11 MAI 2017

SÃO PAULO • Mentiroso. Ignorante. Leviano. Inescrupuloso. Irresponsável. Desinformado. Mentiroso (bis).

Os últimos cinco dias dão boa amostra da poesia que tomou conta do vocabulário do poder. Versos que ganharam mais possibilidades de rima com o acréscimo, na terça, de sicofanta (caluniador) ao pequeno dicionário da política brasileira.

As palavras acima não saíram de bocas “anônimas”. Foram dirigidas a ou por ex-presidente, ministro do STF, procurador-geral, prefeito de metrópole, advogado da alta banca.

A octanagem vocabular se faz notar até nas entrelinhas. Gilmar Mendes disse que a Lava Jato produz reféns para manter o apoio popular. Ao rebater o ministro, a associação dos juizes gastou metade dos seis parágrafos de sua nota discutindo não o argumento do ministro, mas sim tipificando os termos escolhidos por ele.

A coisa desandou tanto que Marco Aurélio Mello, outrora o ministro palavroso do STF, agora é quem pede “um cachimbo da paz”.

Esse conforto crescente com a agressão verbal provavelmente tem a ver com os modos e algoritmos das redes sociais. É certo, porém, que ofender não é pré-requisito para o debate político, mesmo que duro, e há exemplo claro disso nesta semana —infelizmente não aqui do Brasil.

Aconteceu no Senado americano. A ex-secretária da Justiça Sally Yates testemunhava sobre a interferência russa na eleição dos EUA quando o republicano Ted Cruz decidiu questioná-la sobre outro assunto, o decreto anti-imigração de Donald Trump. Yates jantou impiedosamente o senador sem recorrer a qualificativos sobre ele, mas tão somente à norma jurídica. O vídeo, em inglês, pode ser visto em folha.com/no1882920.

Por aqui, os palavrões proferidos contra Lula quando ele desceu do jato em Curitiba não são explicados só por preconceito social, como o petista gosta de fazer crer. Ele próprio carrega boa parcela de responsabilidade pelo nível atual do debate político.

11 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

STF equipara direitos de herança em união estável com casamento civil

DE BRASÍLIA - O Supremo Tribunal Federal decidiu nesta quarta (10) que casais com união estável têm os mesmos direitos sucessórios que aqueles unidos por casamento civil. A regra será aplicada a todos, homossexuais e heterossexuais.

Por 6 votos a 2, os magistrados definiram que quem tem união estável com outra pessoa que faleceu terá direito à herança nos mesmos moldes de um casamento: vai receber metade dos bens adquiridos durante a união. Com isso, os ministros declaram inconstitucional o artigo 1.790 do Código Civil, que determina que o companheiro receba 30% da herança.

No entendimento da corte, deve-se seguir para fins de partilha outro artigo: 50% para o cônjuge/herdeiro e 50% para a ascendente/herdeira.

A decisão tem repercussão geral, ou seja, valerá para todas as instâncias do Judiciário.

Os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Edson Fachin e Cármen Lúcia votaram nesse sentido. Relator da ação, Marco Aurélio votou por diferenciar a sucessão. Ele foi seguido por Ricardo Lewandowski.

MÔNICA BERGAMO

POR TRÁS DA TOGA

A Companhia das Letras vai lançar dois livros sobre os bastidores do STF (Supremo Tribunal Federal), ambos do jornalista Felipe Ricondo. O primeiro, "Tanques e Togas", vai falar sobre o clima de tensão na corte às vésperas do Ato Institucional nº 5, na ditadura militar. O segundo contará detalhes sobre o tribunal nos dias de hoje.

AMPULHETA

Jair Bolsonaro (PSC-RJ) cronometrou conversa que teve com Sergio Moro há algumas semanas. O juiz ligou para ele para explicar que não o reconheceu no aeroporto de Brasília, num encontro casual que os dois tiveram, no fim de março. O deputado tentou cumprimentá-lo mas o magistrado se desviou.

SEGREDO NOSSO

"Tive a satisfação de receber a ligação do juiz Moro. Mas o teor da conversa, ninguém sabe. Não contei para ninguém", diz Bolsonaro.

11 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

O presidente e as mulheres

LUÍZA NAGIB ELUF

É triste verificar que Michel Temer, apesar de seu notável saber jurídico, não consegue reconhecer e respeitar os direitos das mulheres

No mundo de hoje, ninguém mais se sente no direito de manifestar opiniões preconceituosas. Nossa Constituição proíbe todas as formas de discriminação e equipara homens e mulheres em direitos e obrigações.

Não obstante, o presidente da República, Michel Temer, durante entrevista a um programa de TV, afirmou, referindo-se à crise fiscal pela qual passamos, que governos precisam ter marido, senão quebram.

É triste verificar que nosso presidente, apesar de sua inteligência política e de seu notável saber jurídico, não consegue reconhecer e respeitar os direitos das mulheres, referindo-se a elas como sendo incompetentes para cuidar das finanças.

Ao que tudo indica, na visão dele, mulheres só servem para cozinhar, lavar, passar e obedecer. Lugar de mulher seria em casa, no recato do lar, com o marido, e só.

Segundo essa visão de mundo, uma mulher sem marido não é capaz de prover sua subsistência, assim como governo sem "marido" quebra.

Tal raciocínio é esdrúxulo, descabido e fora da realidade; desqualifica toda a população feminina.

Dá a entender que as mulheres não possuem a mínima capacidade

de produzir riqueza, condenadas que estão ao serviço doméstico e à imprescindível obediência. Não é a primeira vez que o presidente expõe tais ideias.

É lamentável que padrões patriarcais de dominação ainda sobrevivam na cabeça de qualquer homem; quando se trata do presidente da República do Brasil, a situação é ainda mais vergonhosa.

Precisamos explicar ao nosso comandante máximo, com todo o respeito, que esse pensamento retrógrado, porém teimoso, transformou o país em campeão mundial de violência doméstica, com um espancamento de mulher a cada dez minutos, um estupro de mulher a cada 11 minutos, um assassinato de mulher a cada duas horas, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por causa dessa realidade aviltante e vergonhosa, o movimento pela igualdade de gênero e pelo fim

de todas as formas de discriminação se agigantou em nosso país e conscientizou um grande número de pessoas, fazendo com que os partidos políticos passassem a falar das mulheres nas propagandas institucionais com muita ênfase, demonstrando que o voto feminino está fazendo a diferença nas eleições.

São muitas as mulheres sem marido que realizam excelente trabalho no mundo todo. Ocupam cargos de alta relevância no setor privado e no setor público — hoje, por exemplo, são chefes de Estado no Chile, na Alemanha e na Inglaterra; já o foram no Brasil, na Argentina, em Israel, na Índia e até em um país islâmico, o Paquistão.

Palavras nunca são apenas palavras; elas surtem efeitos que podem ser profundos quando pronunciadas por ocupantes de altos cargos públicos.

Palavras formam opinião, criam e destroem valores, incitam à paz ou à guerra, ajudam um país a se desenvolver de maneira sadia ou incitam à violência.

LUÍZA NAGIB ELUF é advogada. Foi Procuradora de Justiça do Ministério Público de São Paulo e secretária nacional dos direitos da cidadania do Ministério da Justiça (governo FHC). É autora de sete livros, dentre os quais "A Paixão no Banco dos Réus"

11 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Juiz rejeita ação contra ex-prefeito

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, rejeitou liminarmente a ação por ato de improbidade administrativa ajuizada em setembro do ano passado contra o ex-prefeito Barbosa Neto e os secretários Marcos Cito (Gestão Pública) e Nelson Brandão (Obras), além de sete empresários e cinco empresas que fizeram serviços emergenciais de tapa-buracos após intensas chuvas em 2009. A decisão foi proferida na terça-feira (9).

O magistrado entendeu que tal investigação já havia sido feita e arquivada pelo Ministério Público e a instituição não poderia, portanto, novamente, propor ação por fatos já investigados e arquivados. Ele relatou que em 2009 a 4ª Promotoria, cuja titular é a promotora Sandra Regina Koch, já havia investigado os fatos e concluiu, anos depois, que não houve irregularidades na dispensa de licitação, uma vez que havia sido decretado estado de emergência em Londrina. O Conselho Superior do Ministério Público referendou a decisão de arquivamento em março de 2014.

Porém, os mesmos fatos, baseados nos mesmos documentos, foram novamente investigados pela 26ª Promoto-

ria, representada pelos promotores Renato de Lima Castro e Ricardo Benvenhu, autores da ação rejeitada. Eles sustentam que a ação é baseada em fundamentos jurídicos não explorados no inquérito arquivado pela colega, como suposto ajuste de preços; a ausência de prova da regularidade fiscal e da formalização do contrato em relação a uma das empresas; a afirmada impossibilidade da execução dos serviços antes de formalizado o procedimento de dispensa de licitação.

Entretanto, o juiz rechaçou os argumentos dos promotores e ponderou que o inquérito somente poderia ter sido reaberto se houvesse novas provas ou fatos novos relevantes. “Admitir-se que uma Promotoria de Justiça possa propor ação de improbidade com base em fatos já investigados em procedimento arquivado por outra Promotoria (apenas lhes inovando o enquadramento jurídico) implicaria, ao fim das contas, em afrontar o princípio da unidade do Ministério Público... Com efeito, é preciso ter presente que as promotorias (...) são meros órgãos integrantes de uma só instituição – o Ministério Público –, a quem cabe manifestar a sua vontade institucional de modo coerente, seguro e unívoco”, concluiu o juiz.

Cabe recurso ao MP.

11 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

STF iguala herança de união estável e casamento

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (10) que casais com união estável têm os mesmos direitos sucessórios que aqueles unidos por casamento civil. A regra será aplicada a todos, homossexuais e heterossexuais.

Por seis votos a dois, os magistrados definiram que quem tem união estável com outra pessoa que faleceu terá direito à herança nos mesmos moldes de um casamento, ou seja, irá receber metade dos bens adquiridos durante a união. Com isso, os ministros declaram inconstitucional o artigo 1.790 do Código Civil, que determina que o companheiro receba 30% da herança.

No entendimento da Corte, deve-se seguir para fins de partilha outro artigo: 50% para o cônjuge/herdeiro e 50% para a ascendente/herdeira.

A decisão tem repercussão geral, ou seja, valerá para todas as instâncias do Judiciário.

Os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Edson Fachin e Cármen Lúcia votaram nesse sentido. Relator da ação, Marco Aurélio votou por diferenciar a sucessão. Ele foi seguido por Ricardo Lewandowski.

11 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Defesa de Lula vê 'perseguição política' em interrogatório de Moro

Durante depoimento, que durou quase cinco horas, ex-presidente foi questionado sobre a compra de um apartamento triplex no Guarujá; audiência mobilizou 3 mil policiais

Amanda Audi

Especial para a FOLHA

Curitiba - A primeira audiência em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou cara a cara com o juiz Sérgio Moro nesta quarta-feira (10), que durou cerca de cinco horas, é também a mais emblemática da operação até agora. O depoimento começou pouco depois das 14h e se encerrou às 19h20. Moro interrogou Lula por mais de três horas. Em seguida, ele respondeu a perguntas dos procuradores da força-tarefa da Lava Jato e de advogados de defesa. Por fim, fez considerações finais. Durante o período, houve apenas um intervalo de 10 minutos para água e café.

Os advogados de Lula deram uma coletiva no bairro Santa Felicidade (zona noroeste da capital) logo após a audiência, em que classificaram a ação de Moro na audi-

ência como "política" e "parcial". A defesa reclamou que Moro fez perguntas sobre o sítio de Atibaia (que também teria sido um benefício para o petista) e sobre o escândalo do mensalão. Eles reforçaram que Lula é inocente das acusações. "Foi uma cena de perseguição política", disse o advogado Cristiano Zanin Martins.

Lula responde inquérito sobre a compra de um apartamento triplex no Guarujá, no litoral de São Paulo. Segundo a acusação, ele teria se beneficiado com R\$ 3,7 milhões da empreiteira OAS entre 2006 e 2012. O petista é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

O petista chegou em Curitiba em um voo fretado pouco depois das 10h. Ele se encontrou com a ex-presidente Dilma Rousseff e lideranças do PT no Paraná ainda no hangar do aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais.

De lá, o comboio seguiu para o hotel Pestana, no Centro de Curitiba, onde parte da comitiva está hospedada. Cerca de 50 políticos do PT e partidos aliados, como o presidente da legenda Rui Falcão e o senador Líder das minorias Humberto Costa, viajaram a Curitiba para manifestar apoio a Lula.

Um manifestante chegou a estourar um rojão na frente do hotel, com grito de "fascistas". Ninguém se feriu e a pessoa não foi identificada.

Lula chegou para o depoimento pouco antes das 14h. Ele desceu do carro a poucas quadras da Justiça Federal, antes do bloqueio, para falar com manifestantes que o apoiam. Foi saudado e aplaudido.

CONTINUA

11 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Depois da audiência, o petista se deslocou à praça Santos Andrade, espaço que teve atos em seu favor durante o dia e que chegou a contar com 5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar. A organização do evento fala em 60 mil pessoas.

POLÍCIAMENTO

Mais de 6 mil pessoas se deslocaram até Curitiba em 128 ônibus para participar de atos políticos a favor e contra o ex-presidente, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp). A mobilização das forças policiais para garantir a segurança da audiência também foi uma das maiores dos últimos anos: 3 mil agentes das esferas federal, estadual e municipal - a metade do efetivo utilizado em um único dia durante os jogos da Copa do Mundo em Curitiba em 2014 (quando 7 mil agentes trabalharam para garantir a segurança) e superior ao cerco da Assembleia Legislativa depois da ocupação dos professores, no confronto de 29 de abril de 2015.

Da Polícia Militar, 1,7 mil agentes foram deslocados do interior para ajudar no policiamento da capital. O perímetro do prédio da Justiça Federal foi isolado num raio de algumas quadras (cerca de 150 metros). Só foi permitida a entrada de moradores e mais de 700 jornalistas que se cadastraram.

Centenas de policiais militares e federais faziam a guarda do prédio, que não teve expediente. Dois helicópteros da segurança pública sobrevoaram o local durante todo o dia.

ROTINA ALTERADA

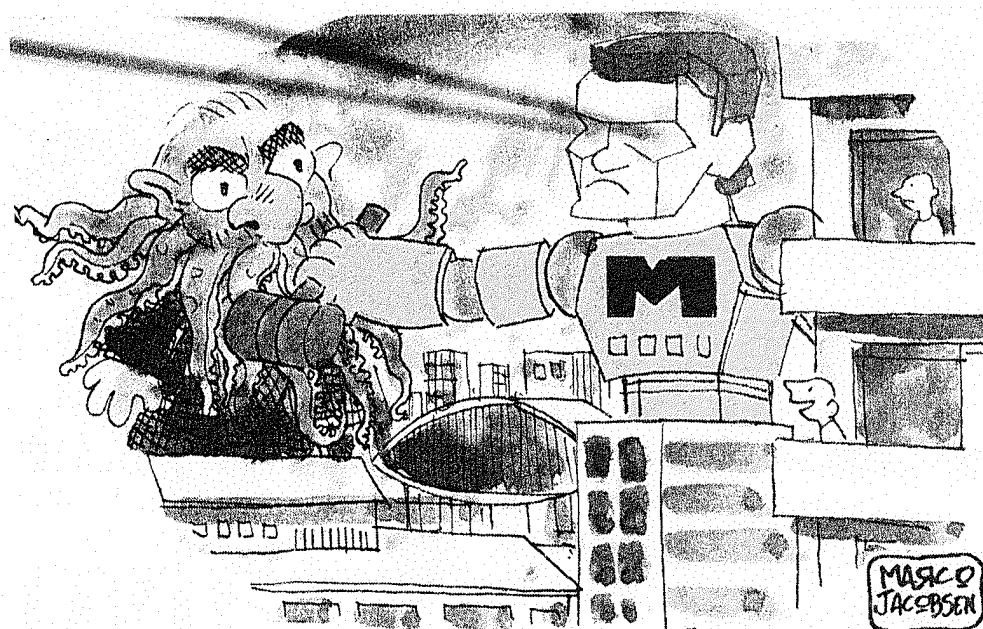
O depoimento alterou toda a rotina da cidade. Houve bloqueios de trânsito nas regiões da Justiça Federal, da praça Santos Andrade e do Museu Oscar Niemeyer, no bairro Centro Cívico, onde se concentraram os manifestantes a favor da Lava Jato.

Houve alteração de linhas de ônibus e lentidão no trânsito durante todo o dia. Na região da Justiça Federal, a maioria do comércio não abriu. Poucos moradores curiosos saíram às ruas para ver a movimentação.

A assistente previdenciária Nida Maria Cooper e a neta Sarah Lilit Zimmerman viram movimentação na frente da Justiça Federal de camarote. O escritório dela fica no prédio comercial que está sendo alugado por várias emissoras de TV e imprensa para registrar a entrada e a saída do ex-presidente Lula. Todos os clientes de Nida desmarcaram, mas ela foi ao trabalho para ver a agitação. A neta faltou aula com o mesmo propósito. "Achei que ia ser mais complicado, mas está correndo com paz. Vamos ficar até o fim pra ver se a gente vê o Lula", diz Nida.

11 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA



11 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA E a cidade parou

“**S** seja bem-vindo! A ‘República de Curitiba’ te espera de grades abertas.”

O outdoor financiado por grupos políticos estava lá quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou à capital paranaense para aquele que foi um dos mais longos depoimentos da Lava Jato. A audiência de Lula com o juiz Sérgio Moro, nesta quarta-feira (10), demorou mais de quatro horas. Assim como o outdoor contrário, estavam lá, na capital paranaense, as faixas favoráveis ao ex-presidente: “Lula, estamos com você”. O clima de decisão de campeonato e a polarização que tomou conta do Brasil desde o início da Lava Jato ficaram evidentes nesta quarta, dia do primeiro encontro do ex-presidente com o titular da 13ª Vara Federal. O primeiro depoimento se refere ao processo que envolve o triplex do Edifício Solaris, no Guarujá, Litoral de São Paulo. O valor do apartamento luxuoso seria uma contrapartida por contratos entre a construtora OAS e a Petrobras, no período de 2003 a 2011. As quatro horas da audiência de Lula não superaram as cinco horas do depoimento do ex-executivo da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Segundo a denúncia, o petista, duas vezes presidente da República, teria cometido os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Aconteceu a comoção que já se esperava. Curitiba praticamente parou em setores importantes, como as imediações da Justiça Federal e no centro da cidade. Mas não deveria ser assim. Quanto se investiu em tempo e dinheiro para mobilizar tantas pessoas? Reforço policial, viagens de políticos de Brasília a Curitiba, entre outros gastos. A audiência tinha um objetivo: ouvir a explicação de Lula sobre o triplex do Guarujá. Agora é esperar a decisão de Moro, que normalmente é rápido em dar a sua resposta. Será que Lula conseguiu convencer sobre sua inocência?

11 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lula presta depoimento ao juiz Sérgio Moro

Ex-presidente é acusado de receber propina da OAS por meio das reformas de um apartamento triplex e de um sítio

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prestou depoimento ontem, perante o juiz federal Sérgio Moro em Curitiba, no âmbito das investigações da Operação Lava Jato, no processo em que o ex-presidente é acusado de receber propina da empreiteira OAS por meio das reformas de um apartamento triplex no Guarujá, litoral de São Paulo, e de um sítio em Atibaia, no interior do estado. A defesa do ex-presidente nega que ele seja dono dos imóveis.

Na terça-feira, a defesa do ex-presidente recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para pedir o adiamento do interrogatório. O pedido foi negado.

A capital paranaense viveu um clima de expectativa e recebeu, nos últimos dias, manifestantes pró e contra o ex-presidente vindos de todo país.

O grupo que apoia Lula se concentrou na Praça Santos Andrade, em frente ao prédio da Universidade Federal do Paraná. Para chegar lá, os organizadores providenciaram ônibus para levar os manifestantes que estavam no "acampamento pela democracia", montado ao lado da rodoferroviária.

O grupo contra Lula também se mobilizou. Manifestantes vindos de vários estados se encontraram no Museu Oscar Niemeyer. A organização do movimento destacou que o ato foi pacífico e serviu para demonstrar que o ex-presidente não é bem-vindo à capital.

Com bandeiras do Brasil e o chamado Pixuleco – um boneco inflável que representa Lula vestido de presidiário – os manifestantes acompanharam todo o depoimento e mostrar apoio ao que chamam de coragem do juiz federal Sérgio Moro.

11 MAI 2017

BEMPARANÁ

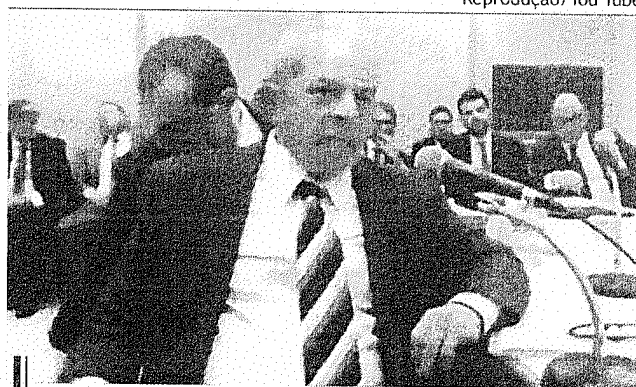
A Moro, Lula diz ser julgado por Power Point

Em depoimento, ex-presidente diz que nunca se interessou por triplex no Guarujá

Em depoimento de mais de cinco horas ao juiz Sérgio Moro, na sede da Justiça Federal, em Curitiba, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou ontem ser o verdadeiro dono do triplex do Guarujá. Ele disse ainda que nunca se interessou pela compra do imóvel. "Eu só poderia utilizar aquele apartamento numa Quarta-feira de Cinzas com chuvas", disse Lula. Em determinado momento do interrogatório, o ex-presidente ainda disse que não pode ser julgado, porque o povo já o julgou e o elegeu por duas vezes. "Estou sendo julgado pelo que fiz no governo, por um Power Point mentiroso."

O ex-presidente prestou depoimento, na condição de réu, em uma ação penal na 13ª Vara Federal de Curitiba, sob a acusação de ter recebido propina da OAS, no âmbito do esquema de corrupção em contratos da Petrobras. Segundo a denúncia, Lula teria recebido da empreiteira um triplex no Guarujá (SP), além do pagamento do armazenamento de bens recebidos durante sua passagem pela Presidência da República (2003-2010).

"É ilação pura. Aquilo deve ter sido feito, com todo respeito, por alguém que desconhecendo a política, fizeram o Power Point porque já havia



Lula: "Estou sendo julgado pelo que fiz no governo"

tese anterior de que o PT era uma organização criminosa, que Lula era chefe que montou um governo para roubar. É uma tese eminentemente política", disse o petista, e referência a entrevista coletiva de procuradores da Lava Jato em que foi exibida uma apresentação em Power Point.

Mensalão - Em uma das perguntas, Moro disse a Lula que o ex-presidente foi tratado "com respeito" durante o processo. "Senhor ex-presidente, (...), a imprensa não tem qualquer papel no julgamento desse processo. O processo vai ser julgado com base na lei (...). O senhor foi tratado com o máximo respeito", declarou o juiz da Lava Jato, que foi alvo de muitas críticas da defesa do petista. Moro perguntou sobre mensalão.

Lula respondeu todas as

perguntas de Moro, parando apenas quando o juiz "desviou do processo" ao questioná-lo sobre o esquema conhecido como mensalão. O ex-presidente foi orientado por sua defesa a não responder.

Ao finalizar, Lula fez também um alerta a Moro: "Eu queria lhe avisar uma coisa: esses mesmos que me atacam hoje, se tiverem sinais de que eu serei absolvido, prepare-se, porque os ataques ao senhor vão ser muito mais fortes", afirmou. Moro respondeu: "Infelizmente, eu já sou atacado por bastante gente, inclusive por blogs que supostamente patrocinam o senhor. Então, padeço dos mesmos males em certa medida", declarou o juiz.

Reprodução/You Tube

RESPEITO

Magistrado

O juiz Sergio Moro deu início à audiência assegurando que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "vai ser tratado com o máximo respeito, como qualquer acusado, igualmente pela condição do cargo que o senhor ocupou no passado, o senhor ex-presidente pode ficar absolutamente tranquilo quanto a isso". Enquanto Lula apenas assentia com a cabeça, Moro procurou "tranquilizar" Lula que ele não teria possibilidade de ser preso no depoimento. "Queria deixar claro que, em que pesem algumas alegações nesse sentido, de minha parte não tenho qualquer desavença pessoal em relação ao senhor ex-presidente, certo?", garantiu o magistrado.

11 MAI 2017

BEMPARANÁ

Defesa vê prova de inocência em audiência

Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmaram que o petista provou, em seu depoimento ao juiz Sergio Moro ontem, que não é o dono do triplex do Guarujá (SP), como acusa a força-tarefa da Operação Lava Jato. "Meu cliente demonstrou claro a sua inocência e mostrou também que não teve conhecimento e nunca participou de qualquer ato ilícito relacionado à Petrobras", disse o advogado Cristiano Zanin Martins.

"Ficou claro também que o ex-presidente está sendo julgado não pelo triplex do Guarujá e sim por sua passagem pela Presidência da República", afirmou o advogado Cristiano Zanin Martins, em entrevista coletiva concedida após o interrogatório de Lula, que durou quase cinco horas e foi realizado na sala de audiência da 13ª Vara Federal de Curitiba. Zanin também declarou que Lula está sendo perseguido politicamente por meio de um procedimento jurídico.

Zanin afirmou também que Moro questionou o ex-presidente a respeito de assuntos que não tinha relação com o assunto da ação penal.

Fachin rejeita impeachment de Mendes

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento a mandado de segurança impetrado por um grupo de juristas que pede o impeachment do ministro Gilmar Mendes. No processo, os advogados Celso Antônio Bandeira de Mello, Fábio Konder Comparato, Sérgio Sérulo da Cunha, Eny Raymundo Moreira, Roberto Átila Amaral Vieira e Alvaro Augusto Ribeiro Costa questionam a decisão do então presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), que arquivou dois pedidos de impeachment contra o ministro Gilmar Mendes em 21 de setembro do ano passado.

À época, Renan alegou que os pedidos se basearam em matérias jornalísticas, declarações e transcrições de votos do ministro, conjunto probatório considerado "insubsistente" pelo peemedebista. Para os juristas, o ato do então presidente do Senado foi "abusivo" e "ilegal".

"Ao contrário do entendimento dos impetrantes, o juízo de delibação pode ser exercido monocraticamente, essa é a regra geral, tanto no Poder Judiciário, como no Poder Legislativo", afirmou.

Lula, Moro e a "final de Copa"

Basicamente, a imprensa se pauta por duas coisas: relevância e interesse público. Nem sempre são a mesma coisa. Um exemplo de relevância sem interesse público é a alteração da taxa básica de juros no mercado financeiro: gera impacto sobre toda a economia e, por tabela, sobre o bolso de todos os brasileiros, mas eles mal lêem e não compartilham essa notícia. Ao contrário, se uma celebridade do mundo pop resolve caçar pokemons no parque, isso não vai impactar sobre a vida de ninguém, mas muitos lêem e compartilham a notícia.

Há, contudo, casos em que relevância e interesse público andam lado a lado. Como o primeiro encontro cara a cara do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o juiz Sérgio Moro, que comanda as investigações da Operação Lava Jato. Relevância porque trata-se do primeiro depoimento do ex-presidente, um dos principais citados na investigação política que gerou mais repercussão na história deste país. Interesse público porque ambos os personagens mobilizam uma legião de apoiadores. Nesse caso específico, apoiadores de um lado não toleram o outro. De um lado, são chamados de "mortadelas"; de outro, de "coxinhas". Houve uma polarização ímpar. Há quem chame de "Fla-Flu". Não se fala de outra coisa. Cabe a analogia com uma final de Copa do Mundo, já que Lula e Moro são os expoentes máximos de cada lado.

A analogia é apropriada também porque a cidade de Curitiba, palco do depoimento, recebeu uma Copa do Mundo três anos atrás. Em torno do palco do confronto, um perímetro de isolamento, acessível apenas a credenciados. Moradores do entorno tiveram que mudar a rotina por causa disso. Milhares de agentes da lei foram envolvidos. Policiamento percorreu a cidade para escoltar comitivas. Houve esquemas de segurança no aeroporto. De um lado, milhares de torcedores. De outro, mais milhares. Muitos deles que vieram especialmente para a ocasião. Hotéis lotados por apenas um dia. Isso aconteceu em 2014, em quatro jogos do Mundial, e acontece de novo. Esse esse clima de final de Copa poderia ser evitado dos dois lados? Sim, mas, como nenhum dos dois lados cedeu, e o encontro foi inevitável, todo o clima se fez. Aliás, o próprio Moro falou em clima de Copa. Isso é sensacionalismo? A imprensa notícia o que existe. Há algum erro na analogia com uma final de Copa? Apenas um: o encontro entre Lula e Moro, nesta quarta-feira, não vai encerrar um ciclo que só recomeçaria daqui a quatro anos.

Luigi Poniwass

Lula "enfrenta" Moro e a imprensa vai a nocaute

Que me perdoem os coleguinhas bem-intencionados, mas tratar o depoimento de Lula como uma decisão do UFC ou final de Copa do Mundo só tem um nome: sensacionalismo. E, como tal, é um desserviço ao jornalismo sério – e à opinião pública. Começando pelas duas principais revistas do país, que no fim de semana estamparam capas comparando a audiência (parte corriqueira do processo) a um duelo de "telecatch" – no caso da *Veja* – e uma luta de boxe – como fez a *Istoé*.

Mas o clima de Fla-Flu contagiou, em maior ou menor grau, praticamente toda a grande imprensa – regional e nacional. Portais importantes forneceram uma overdose do assunto, com até oito fotos do ex-presidente na capa; a comparação com um duelo foi recorrente, e teve até quem publicasse manchete sobre o depoimento como "final de Copa do Mundo em Curitiba". Compreendo que a atmosfera de clássico excita a audiência e atrai cliques e likes, e muita gente acredita que esta é a tábua de salvação do jornalismo. Porém, essa postura só serve para acirrar os ânimos e a polarização.

No momento em que apresenta Sérgio Moro e Lula como oponentes, a imprensa fornece munição aos lunáticos que consideram o primeiro um messias e o segundo um mártir. Não contribui em nada para que o público forme uma opinião sensata e pior: atrapalha a própria investigação, reforçando os argumentos de quem questiona a atuação do juiz e da própria Operação Lava Jato. Porque, como li na rede social, se Sérgio Moro é o "adversário" de Lula, quem é o juiz da disputa? A partir do momento em que a imprensa mostra a audiência como uma luta, quem vai a nocaute é o jornalismo.

Luigi Poniwass é jornalista

GAZETA DO POVO

Não

“A verdade é a seguinte: não solicitei, não recebi, não paguei e não tenho nenhum triplex.”

Lula, ex-presidente do Brasil.

Estadão Conteúdo

● Em seu depoimento à Justiça Federal, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou todas as acusações que lhe foram atribuídas, e concluiu com um ato político, em que se declarou candidato à Presidência da República, em 2018. Ele atribuiu à sua mulher, dona Marisa Leticia, morta em fevereiro deste ano, o interesse pelo triplex do Edifício Solaris, no Guarujá, “certamente para fazer investimento”.

O petista admitiu que visitou o imóvel acompanhado da primeira-dama e do empreiteiro Léo Pinheiro, mas negou que tenha solicitado ou recebido o apartamento. Segundo a força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, o imóvel seria propina paga pela construtora OAS.

Lula disse que sua mulher não fechou o negócio porque “ela nunca gostou de praia” e ele havia identificado “quinhentos” defeitos no apartamento. “Eu não ia ficar com o apartamento, mas eu não sei se a dona Marisa iria ficar para fazer negócio ou não”, disse o ex-presidente.

Moro confrontou o ex-presidente com o depoimento que ele prestou à Polícia Federal em março do ano passado, quando foi conduzido coercitivamente em São Paulo. O juiz lembrou que, na ocasião, o petista havia afirmado que ele próprio havia desistido da compra após uma segunda visita da Marisa ao imóvel.

“Eu repito a mesma coisa. A dona Marisa não me disse no mesmo dia que ela foi lá, que ela não ia ficar com o apartamento. Eu tinha mostrado para ela que era inadequado o apartamento, ela foi lá, acho que ela queria ver se podia ficar para vender”, afirmou. “Ela disse que não tinha gostado do apartamento mais uma vez e como eu tinha insistido para ela que ela não gostava de praia e que eu gostava, sabe, mas que era inadequado para mim, eu acho que ela tomou a decisão de não comprar”, disse Lula.

O juiz quis saber se Pinheiro havia dito que reformaria o apartamento. “O Léo disse que depois ia voltar a conversar comigo, depois de todos os defeitos que eu disse, falou: ‘vou te fazer uma proposta’. E nunca mais conversei com o Léo”, afirmou Lula.

Questionado se dona Marisa relatou sobre a reforma do triplex pela OAS, Lula respondeu a Moro: “Não, não relatou, querido. Lamentavelmente, ela não está viva para perguntar.”

Provas

“A verdade é a seguinte: não solicitei, não recebi, não paguei e não tenho nenhum triplex”, disse Lula. “Nunca solicitei e nunca recebi apartamento. Imagino que o Ministério Público vai, na hora que for falar, apresentar as provas. Eles devem ter pelo menos algum documento que prove o direito jurídico de propriedade para dizer que é meu o apartamento.”

Lula afirmou também que, em apenas duas oportunidades, tratou do triplex no Guarujá com Pinheiro: em outubro de 2013, quando o empreiteiro foi ao Instituto Lula para convidá-lo a visitar o imóvel, e em fevereiro de 2014, quando visitou o prédio. “Nunca mais tratei de triplex ou de quadruplex.”

DENÚNCIA

Lula é acusado de lavagem de dinheiro e corrupção. Moro aceitou a denúncia em 20 de setembro de 2016. O Ministério Público Federal sustenta que o ex-presidente recebeu da OAS R\$ 3,7 milhões – de um valor de R\$ 87 milhões de corrupção – em benefício próprio, entre 2006 e 2012.

DUQUE

Lula disse que conversou com Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras, uma única vez: por causa de “boatos” de que Duque teria dinheiro fora do país. “Perguntei ao Duque se ele tinha conta no exterior e ele disse que não”, afirmou Lula. “Para mim, o assunto acabou aí.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

11 MAI 2017

Moro julga ação de triplex até meados de julho

Estadão Conteúdo

● O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode ser sentenciado pelo juiz Sergio Moro até meados de julho, no caso do triplex no Guarujá.

O interrogatório de Lula nesta quarta-feira marcou o fim da etapa de depoimentos dos réus do processo em que o petista é acusado de receber R\$ 3,7 milhões em propinas da OAS. Ele nega.

Na audiência, em que o ex-presidente ficou frente a frente com o juiz Moro pela primeira vez, Lula teve a oportunidade de falar sobre as acusações de crimes que são imputadas a ele no processo. O ex-presidente foi o último réu a ser ouvido pelo magistrado. Antes, Moro interrogou outros seis denunciados no caso.

Terminada a etapa dos interrogatórios dos réus, o juiz abrirá um prazo de dez dias para o Ministério Público Federal apresentar alegações finais — a parte derradeira do processo — da acusação contra Lula e os demais réus. Entregues as argumentações e os pedidos a serem considerados pelo juízo, é aberto novo prazo, também de dez dias, para as alegações finais da defesas dos investigados.

Depois da fase das alegações finais, Moro começará a contar o prazo para dar sua sentença, o que deve ocorrer entre o fim de junho e meados de julho, se não houver interrupções durante a tramitação do processo.

CONTINUA

11 MAI 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Eu tô dizendo em alto e bom som que vou querer ser candidato”

Da Redação, com agências

Se existia alguma dúvida de que o ex-presidente Lula vai tentar se eleger pela terceira vez presidente da República, agora não existe mais. Durante o seu depoimento ao juiz Sergio Moro, ontem, em Curitiba, o petista deixou claro que vai tentar voltar ao Palácio do Planalto. “Depois de tudo que tá acontecendo eu tô dizendo em alto e bom som que vou querer ser candidato à Presidência da República outra vez”, declarou.

O petista não perdeu a oportunidade do encontro com Moro para fazer palanque político, mesmo durante um dos capítulos mais tensos do interrogatório.

Moro leu na audiência trechos de entrevistas que o petista deu para setores da imprensa admitindo, na época do mensalão, erros do PT.

Na ocasião, ele declarou. “Olha, o PT se cometeu erro, minha tese é que tem que explicar para a sociedade brasileira, explicar o erro e que o partido pedisse desculpas ao povo.” Desta vez, o ex-presidente esquivou-se: “Vou seguir a orientação dos meus advogados”.

O juiz insistiu. Indagou de Lula quem o “traiu com práticas inaceitáveis” — segundo o próprio petista teria declarado em entrevista na Granja do Torto.

Lula não resistiu e deu início a discurso como se estivesse em campanha. “Queria só dizer uma coisa doutor, eu na verdade tenho horas e horas para falar sobre esse assunto, mas uma coisa importante é ter claro o seguinte. Isso já passou, eu já fui julgado três vezes pelo povo brasileiro. O sr. se lembra como a foi a campanha de 2006, eu era

triturado a cada debate da TV sobre a corrupção. Eu fui eleito com 62 por cento dos votos. Quando terminou meu mandato (o segundo), em outubro de 2010, quando a gente elegeu a presidente Dilma, em dezembro alcancei 87 por cento de bom e ótimo nas pesquisas de opinião pública e apenas três por cento de péssimo, acho que no gabinete dos tucanos.”

“Ou seja”, prosseguiu. “Eu não posso ser julgado pelo Código de Processo Penal numa coisa que fui julgado, dez, doze anos depois respondendo uma coisa que foi transitado em julgado. É decisão da Suprema Corte, demorou sete anos pra ser julgado, fui julgado no meio da eleição de 2012 e nós ganhamos a eleição em São Paulo.”

Moro interrompeu. “Mas a pergunta não é sobre pleitos eleitorais, só quero entender suas atividades em relação a esses fatos.”

Lula insistiu. “Quando um político comete um erro ele é julgado pelo povo, ele não é julgado pelo processo de código penal. Eu fui julgado várias vezes pelo povo.”

Provocação

Lula aproveitou uma questão de Moro para uma provocação, insinuando que o juiz teria pretensões eleitorais. Moro perguntou o que ele queria dizer com a declaração da semana passada, em que o ex-presidente disse que, se for eleito em 2018, poderia “mandar prender” quem espalhasse mentiras sobre ele. “Isso é uma força de expressão”, disse. “O dia em que o senhor for candidato, o senhor vai usar muita força de expressão no palanque.”

“Imagino que o Ministério Público vai, na hora que for falar, apresentar as provas. Eles devem ter pelo menos algum documento que prove o direito jurídico de propriedade para dizer que é meu o apartamento.”

Lula, ex-presidente do Brasil.

CONTINUA

11 MAI 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEFESA

Advogados do ex-presidente Lula criticam atuação do Juiz Sergio Moro no depoimento

PERSEGUIÇÃO

A defesa do ex-presidente Lula voltou a afirmar após a audiência com o juiz Sergio Moro que o líder petista é alvo de "perseguição política" e que o depoimento evidenciou a inocência dele no processo que apura a propriedade do apartamento triplex do Guarujá (SP). "Está sendo utilizado um procedimento jurídico para fins políticos", disse o advogado Cristiano Zanin Martins, ladeado pelos também advogados José Roberto Batochio e Waleska Martins.

DESPROPÓSITO

O advogado José Roberto Batochio classificou como um despropósito processar um ex-presidente alegando que ele recebeu apoio de empresas para transportar o seu acervo presidencial. Ele afirma que é obrigação de um presidente preservar o acervo e que Lula não teve relação nenhuma com o transporte dos bens.

PERGUNTAS ALHEIAS

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o juiz Sérgio Moro fez perguntas alheias ao escopo do processo no interrogatório que durou toda a tarde. Segundo os advogados, isso só reforçou o argumento da defesa de que se trata de "um processo jurídico para fins políticos". "O juiz Sérgio Moro buscou saber até mesmo a opinião a respeito do julgamento no STF e políticas públicas em seu governo", disse o advogado Cristiano Zanin Martins.

Moro nega desavenças e descarta prisão imediata do ex-presidente

Da Redação, com agências

● Uma das grandes preocupações de defensores do ex-presidente Lula foi desfeita logo no início do depoimento de ontem, em Curitiba. O juiz Sergio Moro aviou a Lula que não haveria a possibilidade de o ex-presidente ser preso durante o depoimento e que haveria algumas perguntas difíceis, o que é "natural do ato judicial".

Moro abriu a audiência afirmando não ter desavenças com o petista. "Queria deixar claro que, em que pesem algumas alegações, da minha parte não tenho qualquer desavença pessoal em relação ao senhor ex-presidente."

"O que vai determinar o resultado desse processo são as provas e a lei. Eu sou o juiz. Estou aqui para ouvi-lo e proferir julgamento ao final do processo", disse o magistrado.

Moro é alvo de uma ofensiva da defesa do petista, que pede a sua suspeição sob a alegação de imparcialidade para julgar as ações penais da Operação Lava Jato. A última tentativa de afastar Moro do processo, porém, foi negada nesta quarta-feira pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"O objetivo é esclarecer a verdade e oportunizar que o senhor tenha uma resposta para cada pergunta", disse Moro. "Não tem pergunta difícil para quem quer falar a verdade", respondeu Lula.

11 MAI 2017

GAZETA DO POVO

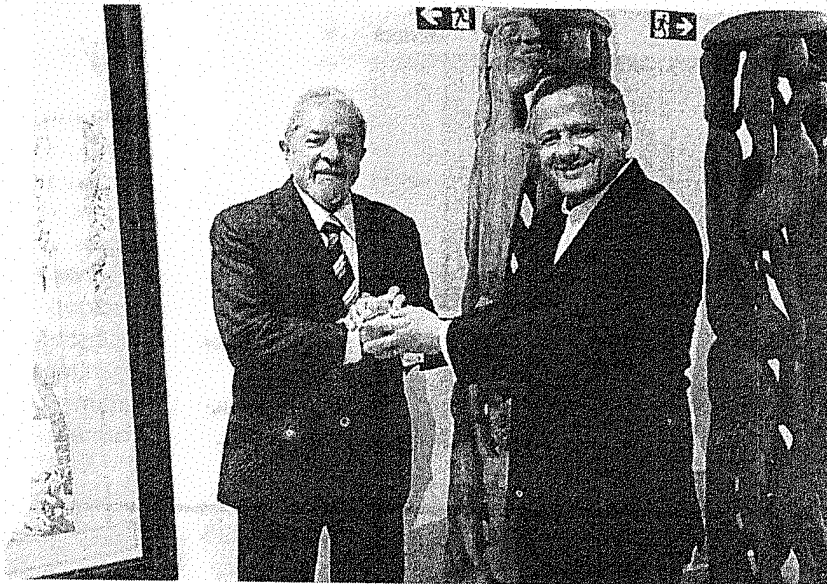
REINALDO BESSA

Tapete vermelho para Lula

O escritório de advocacia França da Rocha serviu de base de preparação para o ex-presidente Lula na manhã desta quarta-feira em Curitiba. O espaço foi cedido pelo advogado Luiz Carlos da Rocha, um dos sócios, a seus colegas paulistas Roberto Teixeira, José Roberto Batochio, Cristiano Martins e Valeska Teixeira Martins, que permaneceram reunidos com Lula durante toda a manhã. Rocha ainda o presenteou com uma peça em metal de seu pai, o escultor Espedito Rocha, um militante comunista histórico falecido em 2010 e a quem Lula conhecia pessoalmente. O ex-presidente chegou ao escritório às 10h30, vindo direto do aeroporto, e saiu às 13h40 para a audiência com o juiz Sergio Moro.



Luiz Carlos da Rocha também participou da recepção íntima a José Dirceu quando ele foi solto, há cerca de uma semana.



O ex-presidente Lula com o advogado curitibano Luiz Carlos da Rocha em seu escritório, antes da audiência com o juiz Sergio Moro.

COLUNA DO LEITOR Moro e Lula

O suposto confronto entre Lula e Moro é uma guerra fomentada apenas pelo lado petista. O juiz está fazendo seu trabalho, tratando essa audiência como qualquer outra das milhares que já fez. Quem está fazendo esse teatro todo é Lula, que não está acostumado com a lei sendo cumprida. Lula faz de tudo um palanque político. Quer aparecer. Seus advogados queriam fazer da audiência uma sala de cinema e se deram mal.

Bruno Hamerschmitt Gulin

TRÍPLEX 1

É interessante ouvir os argumentos dos defensores do indefensável. Repetem "não há provas"; no entanto, eles mesmos lançam diversas acusações contra o juiz, o MPF e a PF sem nenhuma prova. Onde está a coerência? Não se pode esperar coerência de quem pensa com o fígado e, por vezes, até mesmo com o intestino grosso. É realmente lamentável transformar uma me-

ra audiência em um palanque político.

José F. M. Mayer

TRÍPLEX 2

Fico aqui pensando se havia a necessidade de o juiz armar todo esse circo por conta de um tríplex mequetrefe daqueles. Toda essa ação certamente já custou muito mais que o valor atribuído àquele imóvel. Isso deixa evidente que toda essa encenação não é contra a corrupção, mas é pessoal, contra um político e um partido. E há quem fique indignado quando se fala da clara parcialidade dessa "investigação".

Ricardo Coimbra

TRÍPLEX 3

O tríplex é mequetrefe, segundo alguns; portanto, deveríamos deixar para lá. Mas o que está em questão é a ilegalidade dos atos cometidos, e não o seu valor em dinheiro. O juiz não precisa apresentar prova alguma, já que vai somente arguir o indiciado. O ônus da prova cabe ao MPF, que com certeza já as tem.

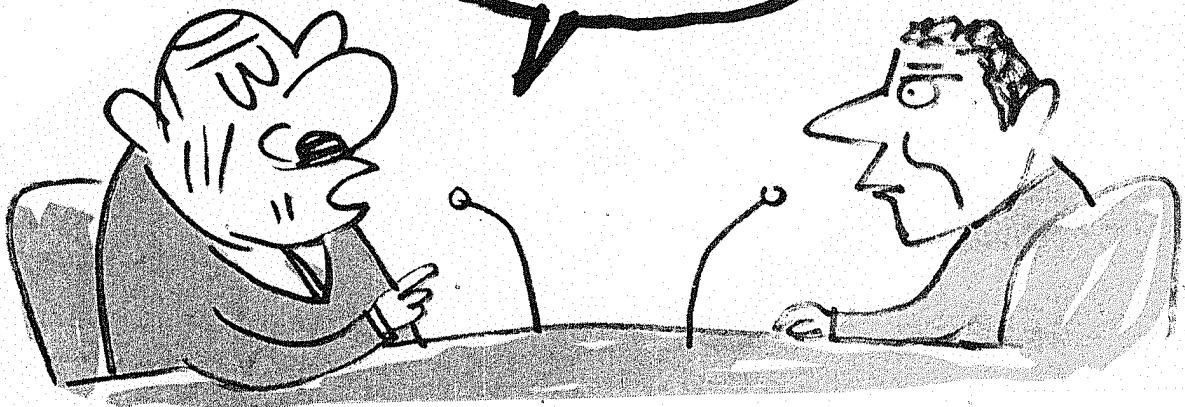
Dilza Merly Sbrissia

11 MAI 2017

GAZETA DO POVO
DEPOIMENTO
DE LULA
A MORO

O SR. TEM O DIREITO DE
PERMANECER CALADO. TUDO O QUE
DISSER PODERÁ SER USADO
CONTRA SUA PESSOA.

BENETT



11 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Uniões estáveis e casamentos têm o mesmo regime de herança, decide STF

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● Por 6 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que às uniões estáveis — de casais heterossexuais e homossexuais — têm o mesmo regime de herança dos casamentos. Ao julgar dois casos de repercussão geral, os ministros firmaram o

entendimento de que é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no Código de Processo Civil.

Para preservar a segurança jurídica, o julgamento não desconstituirá partilhas que já tenham sido julgadas ou acordadas por escritura pública. Um dos processos

dizia respeito a uma união homoafetiva que durou 40 anos. Um motorista de Porto Alegre recorreu ao STF depois de o Tribunal de Justiça gaúcho lhe conceder apenas um terço da herança do companheiro.

Na disputa pela partilha de bens com a mãe do falecido, o motorista pediu que fosse aplicado o previsto para a herança de cônjuges — 50% para o marido e 50% para a mãe, no caso.

Os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Rosa Weber e a presidente do STF, Cármen Lúcia, votaram a favor da equiparação. Ricardo Lewandowski e o relator do processo, Marco Aurélio Mello, foram contra.



Ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo, foi voto vencido.

“As pessoas têm o direito de colocar seu afeto e sua sexualidade conforme seu desejo e serem colocadas em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

11 MAI 2017

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Ministra Cármen Lúcia tenta acalmar os ânimos no STF

● Disposta a colocar panos quentes nos desentendimentos entre o ministro Gilmar Mendes e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, não tem a menor intenção de priorizar o andamento do processo de impedimento do colega. Ela não deve levar o caso para o julgamento em plenário, na tentativa de esfriar o clima das brigas recentes no tribunal. Na segunda-feira (8), Janot pediu para o tribunal declarar Gilmar impedido de atuar no habeas corpus de Eike Batista. Isso porque o empresário é cliente do advogado Sérgio Bermudes, com quem a mulher do ministro, Guiomar Mendes, trabalha. Os ministros consideram que, em nome da instituição, deve prevalecer a harmonia entre os integrantes do STF – ainda que seja uma paz frágil, em nome das aparências.

Mares Guia foi beneficiado por prescrição

● A denúncia contra Mares Guia foi recebida, em 2009, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Após o STF decidir que apenas réus com foro privilegiado responderiam às acusações na Corte, o caso foi encaminhado à Justiça de Minas Gerais. A juíza Neide da Silva Martins, da 9ª Vara Criminal de Belo Horizonte, entendeu que as acusações de peculato e formação de quadrilha prescreveram em 2012, quando Mares Guia completou 70 anos. Assim, o ex-ministro deixou de responder a processo em que era acusado de peculato e lavagem de dinheiro.

1 1 MAI 2017

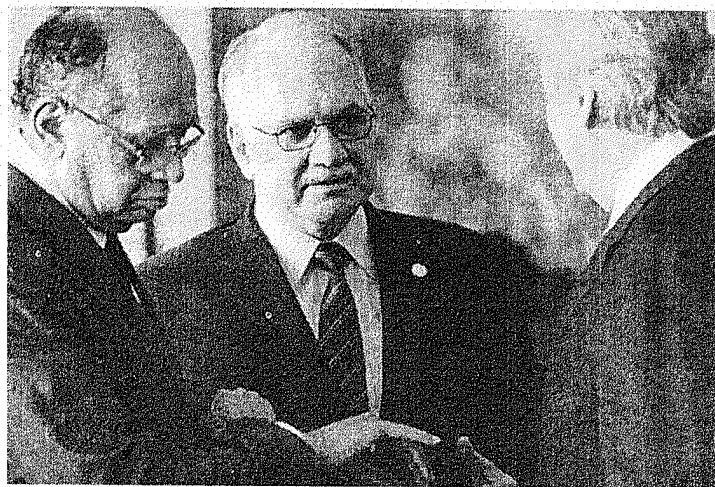
JORNAL DO ÔNIBUS

Fachin nega abertura de impeachment de Gilmar

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, negou mais um pedido para que a Corte obrigue o Senado a abrir processo de impeachment contra Gilmar Mendes. Ele destacou que não cabe ao Judiciário interferir na decisão interna do Senado e determinou arquivamento da ação.

Esse pedido foi feito em um mandado de segurança apresentado pelos juristas Celso Antônio Bandeira de Mello, Fábio Konder Comparato, Sérgio Sérulo da Cunha, Eny Raymundo Moreira, Roberto Átila Amaral Vieira e Alvaro Augusto Ribeiro Costa. ●

STF



Fachin não vai obrigar Senado a votar contra Gilmar Mendes

11 MAI 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Lula discursa como candidato a presidente

Evento após depoimento na Justiça Federal virou comício



Instituto Lula



Em discurso ontem na praça Santos Andrade, após depor por cinco horas ao juiz Sérgio Moro, responsável pelo processo da Lava Jato, o ex-presidente Lula afirmou que está vivo e se preparando para disputar novamente a Presidência nas eleições de 2018. A uma plateia de estimada em 5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, Lula alegou estar sendo “massacrado”, e que virá a Curitiba para depor a Moro “quantas vezes for necessário”.

“Eu estou vivo e estou me preparando para voltar a ser candidato a presidente desse País. Eu nunca tive tanta vontade como eu tenho agora”, garantiu o petista. “Tenho vontade de fazer mais e provar que se a elite brasileira não tem competência para fazer melhor por esse País, um operário tem”, disse Lula.

Antes de Lula, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) também discursou e defendeu o antecessor. “Eles deram o golpe porque por quatro vezes perderam as eleições e perceberam que para fazerem o que estão fazendo, tinham que dar um golpe”, afirmou Dilma. ■

■ Lula foi recebido em Curitiba por milhares de militantes petistas

Novo relator

A defesa do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, ingressou com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para que todos os processos relacionados à Operação Lava Jato passem para a relatoria do ministro Dias Toffoli. Atualmente, todas as decisões sobre o caso estão sob relatoria de Edson Fachin. O advogado de Okamoto justifica o pedido em razão de Fachin ter sido o primeiro ministro a proferir o voto vencedor nos julgamentos de habeas corpus nos quais a Segunda Turma decidiu pela soltura do ex-ministro José Dirceu, do ex-tesoureiro do PT João Cláudio Genu e do empresário José Carlos Bumlai.

11 MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ A CIDADE PAROU!

Depoimento do
ex-presidente
Lula fez
Curitiba ser
o centro das
atenções ontem

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse em depoimento ao juiz Sergio Moro que nunca teve a intenção de comprar um triplex no Guarujá e que desistiu do imóvel logo na primeira visita. Ele afirmou que a compra de um apartamento simples foi fechada pela sua esposa, Marisa Letícia, em 2005. Por outro lado, o petista ainda destacou que não sabia de uma segunda visita feita por sua mulher ao imóvel.

“Não havia no início e não havia fim [intenção de adquirir um triplex]”, afirmou o ex-presidente. “Nunca houve a intenção de adquirir um triplex.”

“Eu fiquei sabendo do apartamento em 2005, quando comprou e declarou no Imposto de Renda em 2006”, disse. Lula negou ter conhecimento do termo de adesão apreendido em seu apartamento em São Bernardo do Campo, no qual aparecia uma menção ao apartamento duplex que seria transformado em triplex depois de a obra ser assumida pela OAS, em 2009.

A OAS assumiu a obra depois de ela ter sido abandonada pelo Bancoop. Na época, todos os costistas tiveram de fazer uma escolha entre retirar o valor pago ou aceitar pagar a diferença para a conclusão da aquisição. Segundo o Ministério Público Federal, a família de Lula foi a única que não formalizou uma opção. A hipótese levantada pelo ex-presidente no depoimento é a de

que Marisa Letícia não recebeu o comunicado para participar da assembleia em que se definiu a opção de compra com a OAS.

Na ação, o MPF aponta que o apartamento que havia originalmente comprado por Marisa Letícia foi vendido a outros clientes da OAS. “Devem ter vendido sem ter falado com dona Marisa”, disse Lula.

O ex-presidente confirmou que esteve uma vez no triplex, em 2014, a convite do ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro. Em depoimento, Pinheiro disse que a visita foi para apresentar o apartamento que estava reservado a Lula desde que a empreiteira assumiu a obra. A versão de Lula é outra: “O Léo esteve no escritório dizendo que o apartamento tinha sido vendido e que ele tinha mais um apartamento dos normais e o triplex e fui ver o apartamento, coloquei 500 defeitos voltei e nunca mais conversei com o Léo sobre o apartamento.”

E AGORA?—



Terminada a fase de interrogatórios dos réus, o juiz Sérgio Moro (foto)

abre prazo de 10 dias para o Ministério Público Federal fazer suas alegações finais da acusação contra Lula e os demais réus. Entregue os memoriais ao juiz, é aberto mais 10 dias para as alegações finais das defesas.

Superada essa etapa, Moro começa a contar o prazo para sua sentença, o que deve acontecer entre o final de junho e meados de julho, se não houver suspensão do processo.

CONTINUA

11 MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Perseguição política?

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a afirmar após a audiência com o juiz Sergio Moro ontem que o líder petista é alvo de “perseguição política” e que o depoimento evidenciou a inocência dele no processo que apura a propriedade do apartamento triplex do Guarujá (SP).

“O depoimento prestado hoje deixou clara a sua inocência e ficou claro que ele jamais teve conhecimento ou participou de qualquer ato ilícito na Petrobras. Está sendo utilizado um procedimento jurídico para fins políticos”, disse o advogado Cristiano Zanin Martins, que estava ladeado pelos também advogados José Roberto Batochio e Waleska Martins.

Batochio afirmou que as mesmas perguntas sobre o triplex foram repetidas por até seis vezes e que em nenhuma vez conseguiu se provar a culpa de Lula. Eles reforçaram que o apartamento 141 do edifício Solaris nunca pertenceu a ex-primeira-dama Marisa Letícia.

Zanin disse que o seu cliente só respondeu sobre o triplex e o acervo presidencial, não respondendo a perguntas “estranhas ao processo e de natureza política”, que não estão sob o julgamento de Moro. Entre elas, o juiz teria indagado Lula sobre o julgamento do mensalão e sobre o sítio de Atibaia (SP), também alvo de questionamentos sobre a sua propriedade. Para Zanin, é um exemplo claro de que “o que estava acontecendo ali [no depoimento] é um processo ilegítimo”.



HC que não especifica paciente não pode ser conhecido, decide Celso de Mello

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, negou pedido de Habeas Corpus coletivo impetrado pela Defensoria Pública do Paraná para que pudessem ser feitas manifestações perto da sede da Justiça Federal em Curitiba. Em liminar desta quarta-feira (10/5), o ministro explicou que a jurisprudência do STF é contra a concessão de HCs que não especificam os pacientes, pela dificuldade de “expedição de salvo-conduto”.

Celso explicou que o Supremo já se pronunciou dessa forma em “inúmeras decisões”, inclusive do Plenário. O ministro disse ainda que o Superior Tribunal de Justiça também tem se pronunciado contra a concessão de HC contra “paciente anônimo”.

O HC diz respeito às restrições ao acesso de manifestantes ao redor da unidade da Justiça Federal em Curitiba. Diante da expectativa de que manifestantes a favor de Lula fosse a Curitiba nesta quarta, a Justiça do Paraná, no dia 5 de maio, proibiu que as manifestações ultrapassassem o cordão de isolamento.

A decisão foi tomada depois de pedido da Procuradoria do Município de Curitiba contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Na segunda-feira (8/5), o Tribunal de Justiça do Paraná manteve a proibição, que também foi mantida nesta quarta pelo ministro Felix Fischer, do STJ.

CONTINUA

11 MAI 2017

CONTINUAÇÃO

Na liminar desta quarta, o ministro Celso manteve as decisões anteriores, mas não entrou no mérito da discussão. Apenas afirmou que o HC foi impetrado em nome de “pacientes anônimos”, o que inviabiliza o conhecimento. “Não obstante a inquestionável importância de que se revestem as liberdades de reunião e de manifestação do pensamento, que não se registra, no caso ora em exame, hipótese excepcional que, presente, revelar-se-ia apta a superar o entendimento jurisprudencial desta Suprema Corte” escreveu na decisão.